

ATIVIDADES ESSENCIAIS E/OU PERMITIDAS NO ESTADO DE SÃO PAULO

(Decreto Estadual nº 64.881, de 22.03.2020 e demais legislação estadual c.c. Decreto Federal nº 10.282, de 20.03.2020)

Abastecimento: transportadoras, postos de combustíveis e derivados, armazéns, oficinas de veículos automotores e bancas de jornal;
Alimentação: supermercados e congêneres (assim considerados os estabelecimentos responsáveis por atividade essencial de venda de gêneros alimentícios, com os quais se garantem a segurança alimentar e a saúde da população, facultada, em relação aos demais estabelecimentos, a manutenção de serviço de entrega “delivery”), bem como os serviços de entrega (“delivery”) e “drive thru” de bares, restaurantes e padarias;
Assistência à saúde, incluídos os serviços médicos e hospitalares;
Assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade;
Atendimento de bares, lanchonetes, restaurantes e padarias, inclusive quando funcionando no interior de supermercados, admite-se o atendimento presencial ao público, estando vedado apenas o consumo local;
Atividade de assessoramento em resposta às demandas que continuem em andamento e às urgentes;
Atividades de defesa nacional e de defesa civil;
Atividades de segurança pública e privada, incluídas a vigilância, a guarda e a custódia de presos;
Atividades dos demais Poderes do Estado e seus órgãos autônomos, bem como da Administração Pública dos Municípios, observados seus atos próprios;
Bares, lanchonetes, padarias e restaurantes localizados no interior de postos de combustíveis e derivados podem atender ao público mediante serviços de entrega (“delivery”), “drive thru” e venda presencial, observadas as recomendações das autoridades sanitárias e vedado, unicamente, o consumo no local;
Clínicas veterinárias e estabelecimentos de saúde animal (“pet shops”)
Comércio em geral: apenas a administração e atividade interna estão autorizadas, permitidas vendas e atendimento online, mas sem atendimento ao público.
Comercialização de suplementos alimentares, desde que no âmbito do que é considerado atividade essencial de alimentação acima;
Comunicação social: meios de comunicação social, inclusive eletrônica, executada por empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens;
Controle de tráfego aéreo, aquático ou terrestre;
Construção civil e estabelecimentos industriais, sem atendimento presencial ao público;
Cuidados com animais em cativeiro;
Estabelecimentos comerciais de assistência técnica de produtos eletroeletrônicos;
Estacionamento e locação de veículos;
Fiscalização ambiental;
Fiscalização tributária e aduaneira federal;
Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, incluídos: A) o fornecimento de suprimentos para o funcionamento e a manutenção das centrais geradoras e dos sistemas de transmissão e distribuição de energia; e B) as respectivas obras de engenharia;

Guarda, uso e controle de substâncias, materiais e equipamentos com elementos tóxicos, inflamáveis, radioativos ou de alto risco, definidos pelo ordenamento jurídico brasileiro, em atendimento aos requisitos de segurança sanitária, metrologia, controle ambiental e prevenção contra incêndios;
Inspeção de alimentos, produtos e derivados de origem animal e vegetal;
Integralidade da cadeia de abastecimento e logística envolvendo a produção agropecuária e a agroindústria, incluindo transporte de pessoas e de produtos, armazenamento, processamento, beneficiamento, manutenção, comercialização, distribuição e fornecimento de produtos, equipamentos e insumos e a industrialização de produtos agrícolas, químicos e veterinários;
Levantamento e análise de dados geológicos com vistas à garantia da segurança coletiva, notadamente por meio de alerta de riscos naturais e de cheias e inundações;
Lojas de materiais de construção, considerando que estas fornecem os produtos necessários para a realização de reparos civis emergenciais, bem como para manter o funcionamento da construção civil e indústria, desde que observadas normas sanitárias no contexto do Covid-19;
Mercado de capitais e seguros;
Monitoramento de construções e barragens que possam acarretar risco à segurança;
Prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais e de doença dos animais;
Produção de petróleo e produção, distribuição e comercialização de combustíveis, biocombustíveis, gás liquefeito de petróleo e demais derivados de petróleo;
Produção e distribuição de numerário à população e manutenção da infraestrutura tecnológica do Sistema Financeiro Nacional e do Sistema de Pagamentos Brasileiro;
Produção, distribuição, comercialização e entrega, realizadas presencialmente ou por meio do comércio eletrônico, de produtos de saúde, higiene, limpeza, alimentos, bebidas e materiais de construção;
Saúde: hospitais, clínicas, farmácias, lavanderias e serviços de limpeza e hotéis;
Segurança: serviços de segurança privada;
Serviços de entrega ("delivery") ou "drive thru" de quaisquer estabelecimentos comerciais ou prestadores de serviço
Serviço de call center;
Serviço relacionados à tecnologia da informação e de processamento de dados (data center) para suporte de outras atividades previstas neste Decreto;
Serviços de pagamento, de crédito e de saque e aporte prestados pelas instituições supervisionadas pelo Banco Central do Brasil;
Serviços de transporte, armazenamento, entrega e logística de cargas em geral;
Serviços funerários;
Serviços postais;
Telecomunicações e internet;
Trânsito e transporte interestadual e internacional de passageiros;
Transporte coletivo e individual de passageiros, de caráter local, intermunicipal ou interestadual;
Vigilância agropecuária internacional;
Vigilância e certificações sanitárias e fitossanitárias;
Atividades médico-periciais relacionadas com a seguridade social, compreendidas no art. 194 da constituição;

Atividades médico-periciais relacionadas com a caracterização do impedimento físico, mental, intelectual ou sensorial da pessoa com deficiência, por meio da integração de equipes multiprofissionais e interdisciplinares, para fins de reconhecimento de direitos previstos em lei, em especial na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência;
Outras prestações médico-periciais da carreira de Perito Médico Federal indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade;
Atividade de locação de veículos;
Atividades cujo processo produtivo não possa ser interrompido sob pena de dano irreparável das instalações e dos equipamentos, tais como o processo siderúrgico e as cadeias de produção do alumínio, da cerâmica e do vidro;
Atividades de atendimento ao público em agências bancárias, cooperativas de crédito ou estabelecimentos congêneres, referentes aos programas governamentais ou privados destinados a mitigar as consequências econômicas da emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 2020
Atividades de comércio de bens e serviços, incluídas aquelas de alimentação, repouso, limpeza, higiene, comercialização, manutenção e assistência técnica automotivas, de conveniência e congêneres, destinadas a assegurar o transporte e as atividades logísticas de todos os tipos de carga e de pessoas em rodovias e estradas;
Atividades de desenvolvimento de produtos e serviços, incluídas aquelas realizadas por meio de start-ups, para os fins de que trata o art. 3º da lei nº 13.979, de 2020;
Atividades de lavra, beneficiamento, produção, comercialização, escoamento e suprimento de bens minerais;
Atividades de pesquisa, científicas, laboratoriais ou similares relacionadas com a pandemia
Atividades de processamento do benefício do seguro-desemprego e de outros benefícios relacionados, por meio de atendimento presencial ou eletrônico, obedecidas as determinações do Ministério da Saúde e dos órgãos responsáveis pela segurança e pela saúde do trabalho;
Atividades de produção, distribuição, comercialização, manutenção, reposição, assistência técnica, monitoramento e inspeção de equipamentos de infraestrutura, instalações, máquinas e equipamentos em geral, incluídos elevadores, escadas rolantes e equipamentos de refrigeração e climatização;
Atividades de produção, exportação, importação e transporte de insumos e produtos químicos, petroquímicos e plásticos em geral;
Atividades de representação judicial e extrajudicial, assessoria e consultoria jurídicas exercidas pela advocacia pública da União, relacionadas à prestação regular e tempestiva dos respectivos serviços públicos;
Atividades religiosas de qualquer natureza, obedecidas as determinações do Ministério da Saúde; e
Fiscalização do trabalho;
indústrias químicas e petroquímicas de matérias-primas ou produtos de saúde, higiene, alimentos e bebidas
Produção, transporte e distribuição de gás natural
Serviços de comercialização, reparo e manutenção de partes e peças novas e usadas e de pneumáticos novos e remoldados;
Serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

Unidades lotéricas.	
Atividades acessórias, de suporte e a disponibilização dos insumos necessários à cadeia produtiva relativas ao exercício e ao funcionamento dos serviços públicos e das atividades essenciais	
atividades de construção civil, obedecidas as determinações do Ministério da Saúde	
atividades industriais, obedecidas as determinações do Ministério da Saúde	

Referência:

- Em amarelo, previstas no Decreto Federal nº 10.282/2020 com suas alterações;
- Em verde, previstas na legislação do Estado de São Paulo.
- Em lilás, por interpretação do que determina a Deliberação nº 2, de 23-3-2020, do Comitê Administrativo Extraordinário Covid-19, que veda unicamente o atendimento presencial ao público de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviço.